

REQUERIMENTO PARA LICENÇA DIÁRIA

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Delegado(a) de Polícia Civil,

O requerente abaixo qualificado, com fulcro na Resolução nº 28/GAB/DGPC/PCSC/2022, que regulamenta os atos internos relativos à fiscalização de jogos e diversões públicas, no âmbito do Estado de Santa Catarina, requer à **Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, responsável pela a fiscalização de jogos e diversões públicas**, nos termos do artigo 106, inciso VI, da Constituição Estadual, a expedição de licença diária, conforme dados declarados abaixo:

QUALIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome completo			
Data de nascimento		CPF	
Logradouro			
Bairro		Nº	
Cidade		CEP	
Contato		e-mail	

EMPRESA RESPONSÁVEL PELO EVENTO

Nome empresarial			
Nome fantasia			
CNPJ		Cidade	
Responsável legal			
Contato		e-mail	

DADOS DO EVENTO

Tipo de evento		Área vistoriada:		m ²	
Logradouro		nº			
Bairro		Cidade			
Ponto de referência					
Data:					
Horário de início:		Horário de término:		Estimativa de público frequentador:	
Haverá música ao vivo ou uso de equipamentos sonoros?	Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>	
Será instalada estrutura provisória (palco, arquibancada, etc.)?	Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>	
O evento será realizado em logradouro público?	Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>	

OBSERVAÇÕES

--	--

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS QUE INSTRUEM O REQUERIMENTO

- I - documentos de identificação do responsável pelo estabelecimento com o nº do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- II - Comprovante de Residência atualizado do responsável pelo estabelecimento;
- III - procuração do requerente com poderes específicos para o requerimento, sendo o caso;
- IV - estatuto social, contrato social ou requerimento de firma individual, conforme o caso, registrado na Junta Comercial;
- V - comprovante atualizado de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) emitido pela Receita Federal do Brasil (RFB);
- VI - comprovante de pagamento dos Documentos de Arrecadação de Receitas Estaduais (DARE) para o serviço principal e para vistoria, emitidos separadamente via Sistema de Administração Tributária - SAT;
- VII - autorização para localização e funcionamento expedida pela prefeitura municipal ou documento público equivalente;
- VIII - autorização expedida pela Vigilância Sanitária;
- IX - atestado de vistoria para funcionamento expedido pelo Corpo de Bombeiros ou documento equivalente;
- X - certidão de pressão sonora atestando o isolamento acústico expedida pelo órgão ambiental municipal competente ou, na sua ausência, documento equivalente;
- XI - contrato com empresa de segurança privada devidamente autorizada na forma da legislação vigente;
- XII - anotação de responsabilidade técnica (ART), expedida por engenheiro, para os casos de edificações provisórias;
- XIII - documento que demonstre a solicitação de policiamento ostensivo, fiscalização e orientação do trânsito, quando se tratar de evento a ser realizado em via ou espaço público; e

Nestes termos, pede deferimento.
